

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>15</b>
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>34</b>
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>48</b>
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

**CAPÍTULO 7 ..... 54**

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

**CAPÍTULO 8 ..... 61**

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

**CAPÍTULO 9 ..... 76**

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

**CAPÍTULO 10 ..... 88**

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

**CAPÍTULO 11 ..... 99**

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

**CAPÍTULO 12 ..... 111**

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

**CAPÍTULO 13 ..... 124**

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro  
DOI 10.22533/at.ed.31319250613

**CAPÍTULO 14 ..... 136**

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André

DOI 10.22533/at.ed.31319250614

**CAPÍTULO 15 ..... 146**

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello

DOI 10.22533/at.ed.31319250615

**CAPÍTULO 16 ..... 157**

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira

Tâmara Gabriella de Souza Cardoso

Joslei Viana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.31319250616

**CAPÍTULO 17 ..... 164**

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin

Edí Marise Barni

DOI 10.22533/at.ed.31319250617

**CAPÍTULO 18 ..... 175**

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane

Isabel Matos Nunes

DOI 10.22533/at.ed.31319250618

**CAPÍTULO 19 ..... 189**

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição

DOI 10.22533/at.ed.31319250619

**CAPÍTULO 20 ..... 199**

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro

Maria Roseane Gonçalves de Menezes

Jocilene Maria da Conceição Silva

DOI 10.22533/at.ed.31319250620

**CAPÍTULO 21 ..... 208**

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins

Sandra Regina Barbosa  
Edicléa Mascarenhas Fernandes  
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

**CAPÍTULO 22 ..... 215**

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri  
Nathalia Neresi Pavanelo  
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

**CAPÍTULO 23 ..... 227**

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz  
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

**CAPÍTULO 24 ..... 237**

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves  
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

**CAPÍTULO 25 ..... 249**

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato  
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

**CAPÍTULO 26 ..... 260**

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva  
Hiran Pinel  
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 275**

## ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB

### Ângela Martins de Castro

Ângela Martins de Castro. Licenciada em Educação Física pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestranda em Ciências da Educação pela UNIGRENDAL. Atua como professora de educação física na rede pública e como diretora pedagógica na rede particular de ensino.

<angelamartinscastro@hotmail.com>

### Daniel de Oliveira Perdigão

Daniel de Oliveira Perdigão. Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. (UVA). Graduando em Direito pelo Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGRANDE). Especialista em Administração Pública pelo Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU). Mestrando em Ciências da educação pela UNIGRENDAL. É Assessor Parlamentar e Articulação Política e Institucional na Câmara Municipal de Fortaleza (CMFORT).

<falecomdanielperdigao@gmail.com>

### Mariana Lima Vecchio

Mariana Lima Vecchio. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Vinculada à Prefeitura Municipal de Caucaia, atuando como docente na Escola Guararu.

<nanavecchio@gmail.com>

de inclusão na educação infantil, ocorridas a partir da Declaração de Salamanca e da LDB, procurando entender seus marcos regulatórios, os avanços nesta área e as mudanças que ainda precisam acontecer. Percebe-se que a Educação Inclusiva, como direito das pessoas com deficiência, tem ganhado espaços de discussão no âmbito da educação, assegurada a inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino e com apoio das salas de SRM (Salas de Recursos Multifuncionais) existentes apenas em algumas das escolas públicas brasileiras. Dessa forma, entendendo que a educação vai além da ideia de consolidar conhecimento técnico ou específico, ela tem o poder de mudar a cultura da sociedade e, conseqüentemente, de melhorar a tolerância, percebe-se que as políticas de inclusão embora asseguradas por lei, ainda apresentam fragilidades como direito assegurado. A metodologia é de cunho bibliográfica, baseada em estudiosos como Orlandi (2009), e Jannuzzi (2006), dentre outros. Dialogaremos com a LDB e a Declaração de Salamanca e concluiremos que as políticas públicas para a educação infantil ainda necessitam de avanços. O que nos leva a indagar: como construir uma educação inclusiva em meio a uma sociedade excludente?

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas de Inclusão. Educação Inclusiva. Educação Infantil

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar e levantar discussões sobre as políticas públicas

## INTRODUÇÃO

Ao olharmos a história da humanidade, esta não aponta para um bom posicionamento no que se refere a educação inclusiva, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, ficavam à margem da sociedade, marginalizadas e excluídas.

Alguns marcos podem ser citados: a partir do Século XX, quando surgem maiores interesses por conhecimento médico e técnico sobre pessoas com deficiência. Evidenciam-se, aqui, os primeiros sinais de responsabilidade social. Em 1994, a Declaração de Salamanca firma os direitos quanto à educação e a sociedade passa a reconhecer cada vez mais a importância de ambientes inclusivos. Na LDB (BRASIL, 1996) encontra-se especificada a finalidade da Educação Infantil e, no Artigo 30, a oferta de duas modalidades de atendimento: uma destinada à faixa etária de 0 a 3 anos e outra à faixa etária de 4 a 6 anos.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 21).

No item que trata da Educação especial, Cap. V, do Art. 58, parágrafo 3º, a LDB/96 anuncia: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

Ainda no mesmo capítulo e artigo, expõe os serviços e atendimento aos alunos da educação especial:

§1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, p. 21).

Apesar do avanço nas leis, no cotidiano escolar notamos que existem muitos desafios para que essa inclusão aconteça, sobretudo em escolas de educação infantil, onde há uma demanda de alunos, entre estes os que apresentam alguma necessidade especial, e que muitas vezes não encontram na escola um local inclusivo que garanta uma educação de qualidade que respeite as diferenças.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Um Breve Histórico Sobre a Educação Especial no Brasil

Sabemos que a educação especial no Brasil passou por muitas transformações ao longo dos anos e era oferecida separadamente do ensino oferecido àqueles que não apresentavam deficiência. De acordo com Kassir (2011, p. 02), “esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o

atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos”.

Na República Velha, a educação especial apresenta seus primeiros sinais, a partir de diagnósticos médicos, porém, as pessoas não tinham acesso à educação por serem consideradas incapazes. Assim apregoava a legislação vigente.

Em 1960 a Conferência da UNESCO torna-se um parâmetro ao indicar que:

A discriminação no campo do ensino constitui violação dos direitos enunciados nesta Declaração. Considerando que nos termos de sua constituição, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, se propõe a instituir a colaboração entre as nações para assegurar a todos o respeito universal dos direitos dos homens e oportunidades iguais de educação. (UNESCO, 1960. p. 91).

Na Constituição de 1988, a Educação Especial aparece e, em seu artigo 208, inciso III, afirma: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Na Declaração de Salamanca em 1994 o direito à educação para as pessoas com necessidade especial ganha solidez, garantindo que “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 01).

Em 1994, com a homologação da LDB 9394/96, foi desencadeado amplo processo de mudanças no sistema educacional, uma dessas mudanças foi a implantação da política de inclusão das pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino, modificando a sistemática adotada até então, que segregava essas pessoas em instituições especializadas. Com a aprovação da LDB foi consolidada a proposta de educação inclusiva que estabelece que as pessoas com necessidades especiais devem participar em condições de iguais do processo educativo das escolas regulares, juntamente com as demais pessoas. A escola passa a ser, portanto, para todos.

Tanto a LDB quanto a Declaração de Salamanca, apontam para a necessidade de a escola e os profissionais de educação, prepararem-se para receber e educar as pessoas que apresentam alguma necessidade educativa especial. Para tanto, são necessárias e imprescindíveis políticas públicas que contemplem tudo o que demanda a partir daí. Para Mantoan (2006, p. 35), “é negável que as ferramentas estão aí para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dirige, assim como os conceitos sobre os quais ela se fundamenta, os pilares teóricos-metodológicos em que ela se sustenta”.

## RESULTADOS

A contextualização do problema se dá em analisar os avanços na área da educação inclusiva em face das políticas públicas voltadas para a educação infantil. A educação inclusiva em se tratando da educação infantil, está relacionada à escola, o que pressupõe uma reestruturação do sistema de ensino, da formação de professores

e de uma política que compreenda a distinção entre educação inclusiva e inclusão escolar. Para Bueno (2008), a educação inclusiva “está relacionada a um objetivo político a ser alcançado” e inclusão escolar a “uma proposição política em ação, de incorporação de alunos que tradicionalmente têm sido excluído da escola”. Nos vem a pergunta: como incluir em uma sociedade excludente?

É bem verdade que muito já se tem caminhado. Mas é também verdadeira a compreensão de que currículo, acessibilidade, construção de mais creches e pré-escolas, formação de professores e descentralização dos recursos, ainda carecem de políticas mais efetivas a fim de que a escola promova suas adaptações e melhorias internas e todo um olhar mais aguçado das políticas públicas em termos de investimentos. De acordo com Carvalho (1999) é na esfera municipal que se alcançará a plena democracia, a justiça e a equidade social, a ênfase na ação local. Isso pressupõe uma política pública de mais investimentos na criação de creches e pré-escolas nos municípios.

Outro ponto a ser considerado e que precisa está cada vez mais na pauta das políticas públicas para a educação inclusiva na educação infantil, é a formação de professores, uma vez que estes lidam diretamente no fazer e que precisam cada vez mais alargar compreensões de uma educação que lida não apenas com a diversidade, mas com o que é diferente. Além disso,

A inclusão requer modificações atitudinais e estruturais dos centros de educação infantil: flexibilidade, tolerância, compreensão do comportamento e das necessidades emocionais, provisão de currículo adaptado às necessidades específicas; mobiliário adaptado para execução de atividades e todo um material pedagógico e recurso tecnológico que favoreçam a interação e a aprendizagem.

É inquestionável que muito já se avançou, ao longo da história, na área da educação infantil nas políticas de inclusão. Mas muito ainda temos que percorrer. Precisamos vencer o que nos alerta Leher (2009): a escola pública está sendo proposta como espaço de grupos vulneráveis, ficando desprovida, portanto, de conhecimento. É preciso que entendamos o quanto já caminhamos e o muito que precisamos avançar no fazer educacional, sobretudo nas políticas para a educação infantil em seu caráter inclusivo, visto serem as instituições de educação infantil: creches e pré-escolas, uma das possibilidades de humanização, ou seja, o único meio de acesso à cultura, ao conhecimento e a superação de suas deficiências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos analisados, vale enfatizar que os discursos presentes nas políticas públicas educacionais inclusivas são válidos e que, desde a Declaração de Salamanca, passando pela LDB até os dias atuais, houve avanços com o elevado número de matrículas na rede de educação infantil de ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais, o que entendemos ser significativo. Porém, analisando os dados qualitativos, sabemos que urgente se faz a busca constante

pela qualidade da educação. Isso passa por políticas públicas que contemplem o quantitativo e o qualitativo, nesse último, está contido o respeito ao ser humano em suas diferenças, ou seja, uma política pública que considere par além de incluir, abrir vaga, tornar o acesso viável, mas de cumprir o seu papel na busca pela efetiva qualidade. E isso passa por compreender inclusão e exclusão não como palavras opostas entre si ou complementares, mas de processos que correm juntos. Conforme diz Martins (1997), não há exclusão, e sim, sujeitos vítimas de processos sociais, econômicos e políticos excludentes, o que resulta numa inclusão precária, em que o não reconhecimento do outro produz uma não inserção social. Portanto, é preciso considerar que a educação infantil, como sendo a porta de entrada para a vida social, de busca do conhecimento, das primeiras vivências de superações, precisa ter em suas políticas de inclusão a pertinência da ação de que educação inclusiva se refere a um objetivo político a ser alcançado. Dessa forma e somente assim, poderemos nos aproximar de uma construção sólida de resposta à pergunta que fizemos no início desse trabalho: como incluir em uma sociedade excludente?

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e Municipalização**. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação Especial: Temas Atuais**. Marília UNESP, Marília Publicações, 2000

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 01 mai. 2014.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica. Resolução CNE/CEB, n.2, 11 set., 2001.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. **Terceiro Setor: Gestão e controle social**. São Paulo. 1.ed. Editora Saraiva, 2007.

Cartilha do Censo (2010). **Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoascom-deficiencia>. Acesso em: 20 out. 2013

Censo Escolar da Educação Básica (2012). **Resumo Técnico**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>. Acesso em: 20 out. 2013

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CARVALHO, M. Carmo Brant de. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate, In: RICO, Elizabeth de M.; RAICHELIS, RAQUEL (Org). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.p. 19-29.

FERREIRA, J.R. **Políticas educacionais e educação especial**. São Paulo: UNIMEP, (2002).

\_\_\_\_\_. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. Cadernos CEDES, Campinas, v.19, n.46,set.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000300002&script>. Acesso em 26 de nov. 2018.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do Século XXI**. 2.ed.Campinas, SP: Autores associados, 2006.

KASSAR, M. de C. **Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações**. Cadernos CEDES, Campinas, v.19, n.46, set. 1998.

LEHER, R. **Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional?** In: MENDONÇA, S.G.de L.; SILVA, V.P. da; MILLER, S. (org) Marx, Gramsci e Vigotsky: aproximações. Araraquara., SP: Junqueira & Marin, 2009.

MANTOAN, Maria T. Egler e colaboradores. **A Interação de Pessoas com deficiências**. São Paulo: Menmon Editora. 1997.

Martins, L.M.; ARCE, **A Educação infantil e o ensino fundamental de nove anos**. In: ARCE, A.;MARTINS, L.M.(org.). Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão Marco Zero: começando pelas creches**. Araraquara:Junqueira e Marin, 2010.

ORGANIZAÇÃO DS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa da Pessoa com Deficiência. Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília,1994.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

RIBEIRO, Dimas dos Reis; Heredero, Eladio Sebastian; Leonello, João Carlos. (Orgs.). **A Escola Inclusiva em Perspectiva**. Alterosa, MG: CEPP – Centro Especializado em Políticas Públicas, 2011.

STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-431-3

